

EDITORIAL

Wescley Silva Xavier

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração e Contabilidade (DAD). Av. Peter Henry Rolfs s/n - Campus Universitário. 36570-900, Viçosa – Minas Gerais, Brasil, (31) 3899-1607, wescley@ufv.br

Caros leitores,

Temos o prazer de levar a vocês o segundo número de 2016 da Administração Pública e Gestão Social. Esta edição é particularmente especial para nós, pois inaugura o uso do DOI (*Digital Object Identifiers*) em nossos artigos. Temos como meta, até o fim de maio, a inserção do DOI em todos os artigos publicados a partir de 2013, ano em que migramos para a plataforma SEER. Dessa forma, aproveitamos para solicitar os autores que observem o DOI de seus artigos e os insiram no *lattes*.

Neste segundo número de 2016, contamos com cinco artigos e um caso para ensino. Em *Mudanças não-incrementais em contextos de neo-institucionalismo histórico: explicando “conjunturas críticas”*, o autor Beni Trojbcz propõe um quadro teórico para a análise de políticas públicas caracterizadas por processos de longa duração e que incluem mudanças não-incrementais, tendo como pressuposto que esse tipo de análise apresenta como dificuldade o fato de conjugar a influência de elementos de continuidade com momentos de ruptura, o conhecido dilema das Ciências Sociais entre Estrutura e Ação.

Marcus Vinícius Moreira Zittei, Leandro Poltelo e Jorge Eduardo Scarpin no trazem *Nível de evidencição contábil de organizações do terceiro setor*. Aqui os autores buscam identificar o nível de diferencial contábil em organizações participantes do projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil – BID. Com base em 15 casos, os autores sinalizam a ênfase das organizações na evidencição de informações qualitativas, sendo as quantitativas sintéticas em sua maioria.

O terceiro artigo deste número é de autoria de Daniel Calbino. *O estado da arte da produção científica em economia solidária* propõe mapear a produção sobre o tema no campo da Administração, considerando o horizonte temporal entre 1970 e 2013. O autor aponta que há uma forte concentração das

publicações sobre o tema em periódicos nacionais. Em complemento, destaca também o baixo número de trabalhos teórico-empíricos, que em sua maioria não proporciona avanço no tema.

Na sequência apresentamos *O que diz a imprensa pernambucana a respeito do Programa Estadual de Mobilidade Urbana*, de autoria de Alexandre Hochmann Béhar e André Luiz Maranhão de Souza Leão. Aqui os autores buscam compreender o discurso na imprensa pernambucana sobre o principal programa de mobilidade do Estado. A partir da análise do discurso de orientação foucaultiana dos dois jornais locais de maior circulação, os autores sinalizam que os discursos recobram para si uma pretensa atuação objetiva e imparcial, se colocando como meios de informação à sociedade e fiscalização das ações do poder público.

O quinto artigo deste número é de autoria de Lucas Maia dos Santos, José Roberto de Souza Francisco e Márcio Augusto Gonçalves. *Controle na alocação de recursos na saúde pública: uma análise nas microrregiões do sudeste brasileiro* visa investigar a eficiência da alocação de recursos públicos na atenção primária da saúde, por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). Os resultados sinalizam um desempenho mediano das microrregiões estudadas, sendo as unidades paulistas de maior eficiência.

Para fechar este número, temos o Caso para Ensino *O processo sucessório em uma instituição do terceiro setor – BEA – Beneficência Evangélica Aliança*, de autoria de Clarice Mara Sousa e Silva, e Edileusa Godói de Sousa. A partir do processo sucessório na BEA. Numa narrativa que traz dilemas e desafios de uma instituição no resgate de crianças vítimas de violência, as autoras buscam elucidar as possibilidades a partir do modelo tridimensional de análise em empreendimentos sociais, considerando os aspectos individuais, organizacionais e ambientais.

Boa Leitura
Wescley Silva Xavier
Editor-Chefe